

Proposta de um instrumento de meta-avaliação somativa para a autoavaliação das Instituições de Educação Superior

Proposal of a summative meta-evaluation tool for the self-evaluation of Higher Education Institutions

Fabiana Serralha Miranda¹ , Luisa Veras de Sandes-Guimarães^{2*} , Maria do Carmo Romeiro²

¹FATEC - Faculdade de Tecnologia do Ipiranga Pastor Eneas Tognini, São Paulo, SP, Brasil

²Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-graduação em Administração, São Caetano do Sul, SP, Brasil

COMO CITAR: MIRANDA, F. S.; SANDES-GUIMARÃES, L. V.; ROMEIRO, M. C. Proposta de um instrumento de meta-avaliação somativa para a autoavaliação das Instituições de Educação Superior. *Revista IberoAmericana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 20, e19703, 2025. eISSN: 19825587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1970301>

Resumo

A autoavaliação é o ponto inicial do processo avaliativo no âmbito da educação superior. Trata-se de um processo contínuo de autoconhecimento e autocritica institucional, que se configura como uma ferramenta essencial para a reflexão sobre a identidade da instituição e para apoiar a tomada de decisões e o planejamento de suas ações. No entanto, para que a autoavaliação atinja os seus objetivos, é necessário que também seja avaliada (meta-avaliada). Diante da importância de compreender e analisar os procedimentos e resultados dos relatórios de Autoavaliação Institucional elaborados pelas Instituições de Educação Superior. Esta pesquisa teve como objetivo desenvolver um instrumento de meta-avaliação somativa, destinado a verificar o grau de conformidade dos relatórios de AAI com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e os padrões de qualidade estabelecidos pelo Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (JCSEE).

Palavras-chave: meta-avaliação; autoavaliação institucional; avaliação da educação superior.

Abstract

Self-evaluation is the starting point of the evaluation process in higher education. It is an ongoing process of institutional self-knowledge and self-criticism, which is an essential tool for reflecting on the institution's identity and for supporting decision-making and action planning. However, for self-evaluation to achieve its objectives, it must also be evaluated (meta-evaluated). Given the importance of understanding and analyzing the procedures and results of the Institutional Self-Assessment reports prepared by Higher Education Institutions, the aim of this research was to develop a summative meta-evaluation instrument designed to verify the degree of compliance of the AAI reports with the guidelines of the National Higher Education Evaluation System (Sinaes) and the quality standards established by the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (JCSEE).

Keywords: meta-evaluation; institutional self-evaluation; evaluation of higher education.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, a educação superior no Brasil tem passado por significativas transformações, principalmente em termos quantitativos, conforme demonstram os dados do Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Essa tendência é confirmada pelo Censo da Educação Superior de 2022, que mostra um aumento no número de ingressantes em cursos de graduação: de 2.747.089 em 2012 para 4.756.728 em 2022 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022).

***Autor correspondente:** luisa.guimaraes@online.uscs.edu.br

Submetido: Outubro 01, 2024

Revisado: Março 25, 2025

Aprovado: Junho 03, 2025

Fonte de financiamento: Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: Não se aplica

Disponibilidade de dados e material:

Não se aplica

Trabalho realizado na Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A expansão da educação superior trouxe consigo uma crescente preocupação com a qualidade do ensino oferecido IES, impulsionando a criação de processos avaliativos para monitorar o ensino e a implementação de sistemas de garantia de qualidade, com mecanismos de regulação e avaliação. Nesse contexto, diante da preocupação com a regulação da oferta de educação superior e do planejamento para sua expansão, foi sancionada a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Essa lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), abrangendo todas as categorias de instituições acadêmicas.

Para alcançar seus objetivos, o Sinaes utiliza três modalidades de avaliação: avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies). Esta última é dividida em Avaliação Externa (AE) e Avaliação Interna (AI) ou Autoavaliação Institucional (AAI), considerada o ponto de partida para a avaliação institucional e foco desta pesquisa (Brasil, 2004a).

Reconhecendo a complexidade da AAI, o Sinaes recomenda a meta-avaliação, como um mecanismo de retroalimentação do sistema, utilizando seus resultados para identificar pontos fortes e fracos da avaliação anterior (Brasil, 2004a). Souza et al. (2018) argumentam que a avaliação é um processo que deve estar em constante transformação, com o objetivo principal de aprimorar seus métodos, abordagens e instrumentos utilizados, e principalmente, o próprio objeto a ser avaliado. No entanto, a Lei n.º 10.861 não estabelece diretrizes, critérios e orientações procedimentais e instrumentais para a meta-avaliação da AAI, delegando essa responsabilidade para as IES, por meio das Comissões Próprias de Avaliação (CPA).

Considerando a AAI como um instrumento fundamental para a gestão, tomada de decisão e planejamento nas IES, e reconhecendo que a meta-avaliação é um processo de aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos e critérios avaliativos, foi identificada a necessidade de desenvolver uma proposta para um instrumento meta-avaliativo. Esta proposta levará em conta as diretrizes do Sinaes e utilizará os padrões estabelecidos pelo JCSEE - *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* de 2011, com o objetivo de apoiar as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) na realização dessa etapa do processo de AAI.

Diante dos motivos expostos e considerando a relevância de compreender e avaliar os procedimentos e resultados dos relatórios de AAI elaborados pelas IES, formulou-se a seguinte questão: como verificar o nível de conformidade dos relatórios de AAI das IES brasileiras em relação às diretrizes do Sinaes e aos padrões de qualidade estabelecidos pelo JCSEE?

Para responder à questão de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: desenvolver um instrumento de meta-avaliação somativa para verificar o nível de conformidade dos relatórios de AAI das IES brasileiras com as diretrizes do Sinaes e os padrões de qualidade definidos pelo JCSEE. Este trabalho foi estruturado em quatro partes: a primeira aborda a autoavaliação institucional; a segunda discute a meta-avaliação; a terceira descreve a metodologia utilizada; a quarta apresenta a proposta do instrumento meta-avaliativo; e, por fim, são expostas às considerações finais

AUTOAVALIAÇÃO - ROTEIRO

A AAI é um processo contínuo pelo qual uma IES busca gerar conhecimento sobre sua realidade, visando compreender o significado de suas atividades e melhorar a qualidade educativa, alcançando maior relevância social. Nesse sentido, a AAI organiza informações, identifica pontos fracos, fortes e oportunidades, além de estabelecer estratégias para superar problemas. (Brasil, 2004b).

No entanto, as CPAs, responsáveis pela condução do processo de AAI enfrentam frequentemente dificuldades nesse processo. De acordo com Zainko (2008) essas dificuldades estão frequentemente associadas à falta de conhecimento dos membros da CPA sobre o processo e aos desafios na execução efetiva da AAI. Para apoiar essas comissões, o Inep, publicou em 2004, o Roteiro da AAI com o objetivo de fornecer um guia prático e estruturado para as IES na condução do processo de AAI, sendo até hoje considerado o guia de operacionalização da AAI no Brasil. Segundo Brasil (2004), o roteiro do processo de AAI deve ser realizado em três etapas:

- 1) Preparação: tem como objetivo orientar sobre: a) a constituição da CPA, conforme a Portaria n.º 2.051/04; b) a elaboração do projeto de avaliação, com definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma; e c) a sensibilização para o envolvimento da comunidade acadêmica.
- 2) Desenvolvimento: consiste na execução das atividades planejadas, incluindo ações de sensibilização, sistematização das ideias, demandas e sugestões provenientes de reuniões, seminários internos para apresentação do Sinaes, construção de instrumentos de coleta de dados, definição da metodologia de análise e interpretação dos dados, definição do formato do relatório, elaboração do relatório e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.
- 3) Consolidação: envolve a elaboração do relatório final, sua divulgação e análise, incluindo um balanço crítico do processo avaliativo e dos seus resultados quanto à melhoria da qualidade da IES. Esta etapa pode ser considerada a mais crítica do processo de AAI, pois contempla a elaboração do relatório final com todas as evidências do processo de AAI (Espírito Santo; Travassos; Caribé, 2016).

De modo geral, a avaliação institucional no âmbito do Sinaes é organizada em dez dimensões, conforme estabelecido pelo próprio sistema e descritas no art. 3.º da Lei n.º 10.861/2004, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. As dez dimensões do Sinaes.

Dimensão 1	Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional
Dimensão 2	Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização.
Dimensão 3	Responsabilidade social da instituição.
Dimensão 4	Comunicação com a sociedade.
Dimensão 5	Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
Dimensão 6	Organização e gestão da instituição especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados.
Dimensão 7	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
Dimensão 8	Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
Dimensão 9	Políticas de atendimento aos estudantes.
Dimensão 10	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Fonte: Brasil (2004a, p. 1).

O processo de AAI é consolidado no Relatório de AAI, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. O relatório (parcial ou final) é o instrumento pelos quais o MEC acompanha as atividades das CPAs nas IES. Para apoiar as IES nesse processo, em 2004 o Inep publicou um roteiro para a elaboração dos relatórios de AAI, apresentando os elementos mínimos que devem ser incluídos nos relatórios de AAI (Brasil, 2004b). Esses documentos permanecem vigentes até hoje, exceto pelas alterações trazidas pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 065, de 9 de outubro de 2014, que esclarece e organiza as diretrizes para a elaboração e envio de relatórios.

Conforme Oliveira (2023), a Nota Técnica n.º 065 é recomendada para a elaboração do roteiro de autoavaliação das IES e oferece avanços em relação ao Roteiro de AAI de 2004, ao detalhar sessões do relatório que não eram especificadas no documento anterior. O Roteiro para Relatório de AAI (Brasil, 2014) estabelece que o relatório de AAI deverá ser estruturado em cinco seções:

- 1) Introdução: apresenta dados da IES, a estrutura da CPA e o planejamento estratégico de AAI, especificando o ano ao qual o relatório se refere e se é parcial ou integral.

- 2) Metodologia: detalha os instrumentos utilizados para a coleta de dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados, e as metodologias aplicadas para a análise dos dados.
- 3) Desenvolvimento: fornece dados e informações relevantes para cada eixo ou dimensão, alinhados com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a identidade das IES. Esta seção é estruturada em cinco tópicos, cada um correspondendo a um dos cinco eixos avaliativos envolvidos nas dez dimensões a saber: Eixo 1 – Planejamento Institucional: Dimensão 8; Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: Dimensão 1; Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: Dimensão 2, 4 e 9; Eixo 4 – Políticas De Gestão: Dimensão 5, 6 e 10; e Eixo 5 – Infraestrutura Física: Dimensão 7. Segundo Brasil (2014) esta estrutura possibilita coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do relatório, bem como o processo avaliativo.
- 4) Análise dos dados e das informações: inclui um diagnóstico da IES, destacando os avanços, os desafios a serem enfrentados e o grau de realização em relação s metas estabelecidas no PDI.
- 5) Ações com base na análise: propõe ações destinadas a melhorar as atividades acadêmicas e de gestão da IES, com base na análise de dados e informações.

De acordo com Stufflebeam (2001), a emissão de relatórios sem a inclusão da etapa de meta-avaliação pode levar o público-alvo a tomar decisões incorretas, baseadas em resultados que não são confiáveis. Dessa forma, é necessário estabelecer mecanismos que garantam que o processo avaliativo realizado pela IES cumpra os requisitos essenciais e preserve a qualidade da AAI, sem comprometer a autonomia das CPAs.

META-AVALIAÇÃO

O termo meta-avaliação foi definida por Scriven (1991), como sendo a avaliação de uma avaliação. As razões e justificativas para o uso de meta-avaliações são variadas, mas podem ser sintetizadas em três funções principais: i) a verificação da qualidade de avaliações; ii) a melhoria das avaliações ao identificar seus pontos fortes e fracos; e iii) a comprovação da utilidade das avaliações para os *stakeholders* (Oliveira; Rothen, 2024).

Stufflebeam (2001) classifica a meta-avaliação em dois tipos: formativa e somativa. As meta-avaliações formativas são realizadas durante o planejamento ou na execução de uma avaliação, ajudando os avaliadores na elaboração, condução, aprimoramento e interpretação dos estudos avaliativos. As meta-avaliações somativas são realizadas após a conclusão de uma avaliação e auxiliam o público na identificação dos pontos fortes e fracos da avaliação, além de avaliar seu mérito e valor, com base nos padrões de boas práticas. São consideradas somativas, pois ocorrem ao final do processo.

Embora a meta-avaliação esteja prevista no escopo do Sinaes, ainda são escassos os estudos que traçam diretrizes, critérios e orientações procedimentais e instrumentais adaptados às particularidades do Estado e das políticas públicas brasileiras (Oliveira, 2017). Essa lacuna evidencia a necessidade de desenvolver pesquisas que subsidiem a elaboração de diretrizes específicas para o contexto nacional, a fim de garantir a eficácia e a relevância do processo meta-avaliativo.

Nesse sentido, Moser, Francisco e Guerra (2023), por meio de um levantamento bibliométrico, analisaram o panorama das pesquisas e publicações sobre meta-avaliação no Ensino Superior brasileiro nos últimos anos. Entre as 118 produções identificadas, apenas oito abordam especificamente a Avaliação Institucional e a atuação das CPAs. Os autores concluem que há um número reduzido de estudos que tratam da meta-avaliação de forma ampla nas IES, considerando os processos de AAI como referenciais teóricos. Tal cenário revela uma lacuna teórica significativa em uma área essencial, ainda pouco explorada, investigada e aprofundada.

Segundo Elliot (2011), para cada tipo de avaliação, há determinados tipos de procedimentos meta-avaliativos que podem ser aplicados mais adequadamente. O marco de referência conceitual mais conhecido encontrado na literatura internacional é o *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (JCSEE). Em 2011, o JCSEE apresentou a 3.^a edição dos Padrões contemplando cinco atributos: utilidade, viabilidade, adequação, precisão e responsabilização, com trinta critérios distribuídos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Padrões e Atributos do JCSEE.

Utilidade: busca garantir que a avaliação atenda às necessidades informativas dos usuários potenciais

- ✓ U1 – Credibilidade do avaliador;
- ✓ U2 – Identificação dos stakeholders;
- ✓ U3 – Propósitos negociados;
- ✓ U4 – Identificação dos valores;
- ✓ U5 – Informações relevantes;
- ✓ U6 – Processos e produtos significativos;
- ✓ U7 – Comunicação e relatórios apropriados e no prazo; e
- ✓ U8 – Preocupação com as consequências e influências da avaliação.

Viabilidade: visa garantir que a avaliação seja realista, prudente, diplomática e econômica, com o intuito de aumentar sua eficiência e a eficácia

- ✓ V1 – Gerenciamento do projeto;
- ✓ V2 – Procedimentos Práticos;
- ✓ V3 – Viabilidade do contexto; e
- ✓ V4 – Uso dos recursos.

Propriedade: foca garantir que uma avaliação seja realizada de forma juridicamente legítima, ética e com a apropriada consideração pelo bem-estar dos participantes e das pessoas impactadas pelos resultados. Representados pela letra A para evitar que os padrões não sejam confundidos com os padrões de precisão

- ✓ A1 – Orientação inclusiva e responsiva;
- ✓ A2 – Acordos formais;
- ✓ A3 – Respeito aos direitos dos indivíduos;
- ✓ A4 – Clareza e justiça;
- ✓ A5 – Transparência e divulgação;
- ✓ A6 – Conflitos de interesse; e
- ✓ A7 – Responsabilidade fiscal.

Precisão: foco em melhorar a confiabilidade e a exatidão das informações, proposições e conclusões, especialmente aquelas que sustentam os julgamentos sobre a qualidade da avaliação.

- ✓ P1 – Conclusões e decisões justificadas;
- ✓ P2 – Informações válidas;
- ✓ P3 – Informações confiáveis;
- ✓ P4 – Explicitação das descrições do propósito e do contexto;
- ✓ P5 – Gerenciamento das Informações;
- ✓ P6 – Análise e planos sólidos;
- ✓ P7 – Explicitação do raciocínio da avaliação; e
- ✓ P8 – Comunicação e relatório.

Responsabilização: visa incentivar a prestação de contas da avaliação, por meio de uma documentação adequada, em uma perspectiva meta-avaliativa, interna e externa, focada na melhoria dos processos.

- ✓ R1 – Documentação da avaliação; e
- ✓ R2 – Meta-avaliação interna e Meta-avaliação externa.

Fonte: JCSEE (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 2011).

METODOLOGIA

Como o objetivo da pesquisa é desenvolver um instrumento de meta-avaliação somativa para aplicação em relatórios de AAI, ela é classificada como uma pesquisa aplicada. Marconi e Lakatos (2007) ressaltam que pesquisas com essa natureza são orientadas por um interesse prático, pois seus resultados são aplicados ou utilizados de imediato para resolver problemas identificados. Espera-se que esta investigação contribua para o avanço do conhecimento e o aperfeiçoamento do projeto de autoavaliação das IES.

No que diz respeito à abordagem do estudo, a investigação adota uma perspectiva qualitativa, voltada para a exploração aprofundada do fenômeno por meio dos significados atribuídos pelos próprios participantes do contexto analisado Creswell e Clark (2013). Assim, a AAI será o foco da pesquisa, servindo como suporte teórico, enquanto a meta-avaliação somativa servirá como suporte metodológico e analítico para o desenvolvimento do estudo.

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se um levantamento de teses e dissertações nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Capes (BDTD) e do Scielo, no período de 2018 a 2023, com foco em pesquisas que abordam a meta-avaliação no contexto da AAI em IES. O levantamento visou mapear e analisar publicações sobre o tema, resultando em 4 artigos, 3 teses e 3 dissertações.

O instrumento proposto nesta pesquisa apresenta uma inovação em relação aos modelos já existentes. Sua construção seguiu quatro etapas principais: (i) análise das diretrizes do Sinaes, do roteiro do Inep e da Nota Técnica n.º 065/2014; (ii) definição de critérios e indicadores com base nos padrões do JCSEE; (iii) organização dos indicadores em correspondência com as dimensões avaliativas; e (iv) elaboração de uma matriz de análise para aplicação em relatórios de AAI. Essa estrutura permite uma avaliação mais específica e direcionada, com potencial para oferecer suporte eficaz às CPAs. Ressalta-se que essas etapas serão posteriormente validadas e complementadas na continuidade da pesquisa, por meio da validação com especialistas, aplicação prática do instrumento, análise dos dados e eventuais ajustes, de modo a garantir sua efetividade.

INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO SOMATIVA

A operacionalização da meta-avaliação somativa necessita ter rigor, pois exigirá um conjunto de padrões de avaliação para o seu julgamento, implicando na publicação de uma nova avaliação sobre o estudo avaliativo, visando à avaliação de seu valor, ou seja, se satisfaz as necessidades de informação dos *stakeholders* e se possui mérito, ao cumprir os padrões de qualidade definidos (Sousa; Cortês; Elliot, 2018). É importante destacar que os *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo abrangem tanto os públicos internos como gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos; quanto os externos, como egressos, representantes, órgãos reguladores e representantes da sociedade civil. Cada um desses grupos possui demandas informacionais específicas, que variam de acordo com seus interesses, responsabilidades e níveis de envolvimento com a instituição. Nesse sentido, considerar ambas as perspectivas na meta-avaliação não apenas ampliam a relevância do processo, mas também fortalece sua legitimidade, garantindo que os resultados obtidos sejam, ao mesmo tempo, socialmente úteis e estrategicamente significativos para o desenvolvimento institucional.

Mariano (2022) enfatiza que a AAI é conduzida por uma comissão composta por representantes de diferentes segmentos da comunidade acadêmica, muitos dos quais não possuem expertise específica na área de avaliação da educação superior. Além disso, o Sinaes não define processos ou procedimentos claros que garantam a qualidade da AAI, tampouco estabelece boas práticas consistentes e com rigor metodológico, essenciais para que uma AAI apossa atingir seu pleno potencial.

Com a proposta de um instrumento de meta-avaliação somativa, espera-se poder contribuir para o aperfeiçoamento do processo de AAI e dos instrumentos utilizados para essa finalidade, pois a eficácia da autoavaliação da IES é imprescindível para seu desenvolvimento acadêmico e social e para o aprofundamento do compromisso e responsabilidade social.

Stufflebeam (2001) adverte que o principal erro de muitos avaliadores é não considerar as diretrizes do JCSEE à realidade do objeto avaliado. Dessa forma, foram escolhidos os seguintes padrões: utilidade, viabilidade, propriedade e precisão, elegendo critérios específicos para cada padrão. Para cada padrão foram escolhidos alguns indicadores com a finalidade de identificar a observância do respectivo padrão nas AAI. A legenda utilizada foi a proposta por Davidson (2005). O processo de autoavaliação das IES é consolidado no relatório de AAI. Dessa forma, optou-se por rearranjar os indicadores do JCSEE de acordo com essa Nota Técnica nº 065/2014, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3. Instrumento de meta-avaliação somativa.

INTRODUÇÃO		
Itens de análise para verificação dos indicadores	Padrões	Avaliação
✓ Formação acadêmica e experiência prática dos membros da CPA.	U1-Credibilidade do avaliador: é preciso que os avaliadores sejam sujeitos qualificados, ou seja, possuem conhecimento teórico e prático em relação ao objeto analisado e tenham experiências anteriores.	A B C D E () () () ()
✓ Resultados dos principais instrumentos (AE, ACG e Enade).	U5 – Informações relevantes: estão diretamente relacionadas às finalidades da avaliação, ou seja, às necessidades dos stakeholders	A B C D E () () () ()
✓ Relato da importância da AAI, explicando sua contribuição para a melhoria contínua da qualidade da IES.		A B C D E () () () ()
✓ Definição dos objetivos da AAI, estratégias, recursos e calendário.		A B C D E () () () ()
✓ Identificação da IES, apresentação da história, missão, visão e valores da IES.		A B C D E () () () ()
✓ Segmentação da comunidade acadêmica: quantidade de discentes por curso; quantidade de docentes e servidores administrativos.		A B C D E () () () ()
✓ Constituição da CPA (portaria).		A B C D E () () () ()
✓ Organização do Relatório e tipo da versão do relatório.		A B C D E () () () ()
METODOLOGIA		
Itens de análise para verificação dos indicadores	Padrões	Avaliação
✓ Respondentes da avaliação (identificação dos sujeitos).	U2 – Identificação dos stakeholders (internos: como gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos; externo: como egressos, representantes, órgãos reguladores e representantes da sociedade civil)	A B C D E () () () ()

Fonte: Elaborado pela autora (2024), legenda (Davidson, 2005, p. 217).

Quadro 3. Continued...

METODOLOGIA		
Itens de análise para verificação dos indicadores	Padrões	Avaliação
✓ Taxa de respondentes da comunidade acadêmica (docentes, discentes, administrativo) no processo de avaliação.	V1- Gerenciamento do projeto	A B C D E () () () ()
✓ Cronograma detalhado com prazos específicos para cada etapa do processo de AAI, de modo a garantir que todas as atividades sejam concluídas no tempo previsto.		A B C D E () () () ()
✓ Realização de pré-teste com um pequeno grupo de stakeholders para identificar quaisquer problemas de compreensão ou pertinência quanto as questões do instrumento.		A B C D E () () () ()
✓ Descrição do mecanismo de acompanhamento do progresso das atividades da AAI.		A B C D E () () () ()
✓ Definição do (s) método(s) e período de coleta de dados utilizados (questionários, entrevistas, análises documentais).	V2- Procedimentos Práticos	A B C D E () () () ()
✓ Definição das ações de sensibilização da comunidade acadêmica.		A B C D E () () () ()
✓ Definição do(s) método(s) e período de análise de dados.		A B C D E () () () ()
✓ Coerência do método estatístico utilizado para análise dos dados quantitativos.		A B C D E () () () ()
✓ Personalização dos questionários de acordo com o segmento (gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos).	V3 – Viabilidade do contexto	A B C D E () () () ()
✓ Coerência das perguntas contidas no instrumento avaliativo com o contexto (função/experiência) dos stakeholders.		A B C D E () () () ()
✓ Registro ou formalização das responsabilidades: o que deve ser feito, como, por quem e quando.	A2- Acordos Formais	A B C D E () () () ()
✓ Nível de confidencialidade e anonimato garantido pela AAI.	A3- Respeito aos direitos dos indivíduos	
✓ Informações fidedignas para o uso que se pretende fazer delas, considerando os dados obtidos e a metodologia de análise.	P3- Informações confiáveis	A B C D E () () () ()
✓ Adequação do procedimento analítico utilizado para atender à questão da avaliação e a natureza qualitativa/quantitativa da informação coletada.		A B C D E () () () ()
✓ Clareza do raciocínio que conduz à interpretação das informações e à análise dos resultados	P7- Explicitação do raciocínio da avaliação	A B C D E () () () ()

Fonte: Elaborado pela autora (2024), legenda (Davidson, 2005, p. 217).

Quadro 3. Continued...

DESENVOLVIMENTO		
EIXO 1		
✓ Adequação e efetividade do planejamento geral e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	A B C D E () () () ()
✓ Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional e das atividades educativas.		A B C D E () () () ()
EIXO 2		
✓ Conhecimento da missão e do PDI.	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	A B C D E () () () ()
✓ Articulação do PDI e o planejamento.		A B C D E () () () ()
✓ Ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional.	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	A B C D E () () () ()
✓ Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ações afirmativas.		A B C D E () () () ()
EIXO 3		
✓ Ensino, Pesquisa Extensão.	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão	A B C D E () () () ()
✓ Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	A B C D E () () () ()
Estudantes	Dimensão 9: Políticas de Atendimento aos Discentes	A B C D E () () () ()
✓ Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.		A B C D E () () () ()
✓ Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.		A B C D E () () () ()
✓ Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, monitoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.		A B C D E () () () ()
✓ Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/ abandono, tempos médios de conclusão, formaturas e relação professor/aluno.		A B C D E () () () ()
Egressos		A B C D E () () () ()
✓ Inserção profissional dos egressos.		A B C D E () () () ()
✓ Participação dos egressos na vida da IES.		A B C D E () () () ()
EIXO 4		
✓ Planos de carreira para os docentes e técnico-administrativo.	Dimensão 5: Políticas de Pessoal	A B C D E () () () ()
✓ Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida.		A B C D E () () () ()
✓ Clima institucional, graus de satisfação pessoal e profissional.		A B C D E () () () ()

Fonte: Elaborado pela autora (2024), legenda (Davidson, 2005, p. 217).

Quadro 3. Continued...

DESENVOLVIMENTO		
EIXO 4		
✓ Existência do plano de gestão.	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	A B C D E ()()()()
✓ Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.		A B C D E ()()()()
✓ Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.		A B C D E ()()()()
✓ Participação dos atores na gestão.		A B C D E ()()()()
✓ Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	A B C D E ()()()()
✓ Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.		A B C D E ()()()()
EIXO 5		
✓ Adequação da infraestrutura (salas de aula, laboratórios, áreas de lazer, equipamentos de informática, redes e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Dimensão 7: Infraestrutura Física	A B C D E ()()()()
✓ Políticas institucionais de conservação, atualização e segurança.		A B C D E ()()()()
✓ Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.		A B C D E ()()()()
✓ Acessibilidade.		A B C D E ()()()()
ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES		
✓ Alguma dimensão do Sinaes deixou de ser analisada? Esta omissão consta justificada no relatório?	U6 - Processos e produtos significativos	A B C D E ()()()()
✓ Os resultados da avaliação externa de desempenho de estudantes são considerados para a análise das informações?		A B C D E ()()()()
✓ As informações geradas pela análise dos dados permitem identificar pontos fortes e fracos da IES?		A B C D E ()()()()
✓ O relatório integral contempla o conteúdo referente aos relatórios parciais?		A B C D E ()()()()
✓ Foram utilizados gráficos, tabelas e figuras para facilitar a compreensão?	U7- Comunicação e relatórios apropriados e no prazo	A B C D E ()()()()
✓ As informações geradas foram importantes para os stakeholders (docentes, gestores e servidores administrativos) de modo a subsidiar o planejamento e a tomada de decisão?	P2- Informações válidas	A B C D E ()()()()

Fonte: Elaborado pela autora (2024), legenda (Davidson, 2005, p. 217).

Quadro 3. Continued...

DESENVOLVIMENTO		
✓ Os dados coletados e a metodologia de análise asseguram que as informações sejam confiáveis para o propósito a que se destinam?	P3- Informações confiáveis	A B C D E ()()()()
✓ Foram realizadas análises qualitativas e quantitativas?		A B C D E ()()()()
✓ O procedimento analítico utilizado foi apropriado para atender à questão da avaliação e a natureza qualitativa/quantitativa da informação coletada?		A B C D E ()()()()
✓ As informações que resultam do processo de AAI confirmam com outras fontes de informação?		A B C D E ()()()()
✓ Os dados são apresentados de maneira clara e compreensível?	P8- Comunicação e Relatório	A B C D E ()()()()
AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE		
✓ As ações respondem adequadamente às necessidades identificadas na análise?	U5 – Informações relevantes	A B C D E ()()()()
✓ As ações foram baseadas nos dados levantados e análises realizadas?	U7- Comunicação e relatórios apropriados e no prazo	A B C D E ()()()()
✓ O relatório inclui feedback prático e recomendações úteis?	A1 – Orientação inclusiva e responsável	A B C D E ()()()()
✓ As ações promovem a equidade e evitam discriminações?	A3 – Respeito aos direitos dos indivíduos	A B C D E ()()()()
✓ As ações são éticas e transparentes?	A4 – Clareza e justiça	A B C D E ()()()()
Legenda:		
A = Atinge todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.		
B = Atinge a maioria dos aspectos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.		
C = Trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.		
D = Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.		
E = Perde o ponto totalmente.		

Fonte: Elaborado pela autora (2024), legenda (Davidson, 2005, p. 217).

Com base no instrumento proposto, e com a finalidade de facilitar a organização e o planejamento da meta-avaliação somativa pelas CPAs segue o Quadro 4 com os critérios relacionados ao mérito e valor da avaliação.

Esses dois conceitos, mérito e valor, são fundamentais nos processos avaliativos, especialmente em contextos educacionais e institucionais. Embora estejam interligados, cada um possui um significado específico, e a compreensão das diferenças entre eles é essencial para a construção de um julgamento avaliativo mais completo e fundamentado sobre um programa, projeto ou ação.

Segundo Guba e Lincoln (1980, p. 61) a distinção entre mérito e valor é, em certa medida, arbitrária, uma vez que ambos compõem a noção mais ampla de valor. Para os autores, o mérito está associado a critérios intrínsecos, enquanto o valor está vinculado a aspectos extrínsecos do objeto avaliado. Nessa mesma linha, Bauer (2019) reforça que o mérito diz respeito à qualidade interna do programa ou ação, considerando elementos como estrutura, conteúdo e execução. Já o valor está relacionado à qualidade externa, levando em conta o

Quadro 4. Guia meta-avaliação somativa.

1- Identificar os critérios que sustentarão a análise do mérito da avaliação, fundamentados nos padrões de qualidade do JCSEE e nas diretrizes do Sinaes:
✓ Relevância dos itens de avaliação para os objetivos da avaliação;
✓ Credibilidade dos avaliadores;
✓ Validade e confiabilidade dos instrumentos e métodos utilizados para a coleta e análise dos dados;
✓ Envolvimento dos stakeholders no processo;
✓ Comunicação dos resultados de forma clara e em tempo oportuno;
✓ Autonomia da CPA no planejamento e na operacionalização do processo de autoavaliação;
✓ Atendimento as dimensões do Sinaes.
2- Identificar os critérios que sustentarão a análise do valor da avaliação, ou seja, aqueles que fornecem subsídios para os gestores:
✓ Recursos (humanos, financeiros e materiais);
✓ Processos administrativos e acadêmicos;
✓ Desenvolvimento profissional (corpo docente e servidores técnicos e administrativos);
✓ Satisfação dos alunos com o ensino e o suporte acadêmico;
✓ Canais de comunicação;
✓ Currículos, metodologias de ensino e recursos pedagógicos;
✓ Alocação de recursos financeiros e oportunidades para redução de custos ou aumento de receitas;
✓ Projetos de pesquisa e extensão comunitária;
<input type="checkbox"/> Práticas de inclusão, diversidade e responsabilidade social; entre outros.
3- Análise das informações:
✓ Descrever os pontos fortes e fracos encontrados após a aplicação do instrumento meta-avaliativo.
4- Divulgação dos resultados:
✓ Descrever os resultados encontrados e as ações de melhoria para mitigar os pontos fracos e otimizar os pontos fortes.

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

contexto de implementação, sua relevância prática e a capacidade de atender às necessidades reais do público-alvo. Dessa forma, ambos os conceitos se complementam na análise avaliativa, permitindo uma compreensão mais abrangente do objeto em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as IES, tanto públicas quanto privadas, são obrigadas a realizar a AAI. Essa exigência é estabelecida pelo Sinaes instituído pela Lei n.º 10.861/2004. A AAI é desenvolvida e coordenada pela CPA de cada IES e tem como objetivo promover a melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, além de subsidiar o planejamento e a gestão institucional. Porém, as IES enfrentam diversos desafios para efetivar a CPA e realizar a AAI de forma eficaz. Entre as principais dificuldades estão a falta de capacitação dos membros da CPA, que muitas vezes não possuem formação específica na avaliação da educação superior, heterogeneidade da comissão, rotatividade dos membros e a ausência de normativas claras e critérios de qualidade dificultando a padronização dos processos avaliativos.

De acordo com Análise dos Relatórios de Autoavaliação das Instituições de Educação Superior, apresentado pelo Inep de 2004 a 2006, do conjunto dos 172 relatórios de AAI analisados, apenas 12,2% foram considerados completos nas dez dimensões, e 63% das IES não relataram o uso dos resultados do processo de avaliação para replanejamento, evidenciando baixa eficácia da AAI (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011).

Segundo Goulart (2018), há muitas dificuldades a serem superadas para que os resultados da avaliação sejam utilizados como instrumento de gestão e planejamento.

Nesse contexto, o instrumento de meta-avaliação pode representar um recurso importante para as CPAs, atuando como ferramenta de aprendizado para seus membros e contribuindo para o aprimoramento e a eficiência dos processos de AAI. Sua aplicação favorece um alinhamento mais eficaz na condução da AAI ao estabelecer critérios que fundamentam: (i) a análise do mérito da avaliação, com base nos padrões de qualidade estabelecidos pelo JCSEE e nas diretrizes do Sinaes; e (ii) a análise do valor da avaliação, compreendida como sua praticidade na geração de subsídios para a tomada de decisões e o planejamento de ações estratégicas por parte da gestão institucional. Essa concepção é fundamentada na abordagem de Scriven (1991), que propõe uma visão de avaliação em que a valorização não ocorre unicamente a partir dos dados encontrados, mas sim da construção interpretativa realizada sobre esses achados. Para o autor, o valor da avaliação não é nos dados brutos em si, mas no modo como são compreendidos e utilizados. Assim, o valor se manifesta na capacidade da avaliação de transformar informações em conhecimento, orientando decisões, promovendo ações e contribuindo para a melhoria contínua.

Dessa forma, certificar o nível de qualidade da avaliação por meio da meta-avaliação permite identificar pontos fortes e fracos na avaliação primária, além de avaliar a confiabilidade e a qualidade dos instrumentos e metodologias utilizados, garantindo que os resultados sejam válidos e representativos. A meta-avaliação contribui para a transparência do processo avaliativo, oferecendo uma prestação de contas clara sobre a obtenção e uso dos resultados, o que fortalece a credibilidade da autoavaliação perante a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- BAUER, A. "Quão 'bom' é suficiente?" Definição de critérios avaliativos de valor e mérito. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 73, p. 14-43, 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Roteiro de autoavaliação institucional**. Brasília: CONAES, 2004b.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica Inep/Daes/Conaes Nº65/2014. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: https://seavi.ufms.br/files/2013/04/Nota_Tecnica_No65_2014_Relatorio_CPA.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- DAVIDSON, E. J. **Evaluation methodology basics: the nuts and bolts of sound evaluation**. California: Thousand Oaks, 2005.
- ELLIOT, L. G. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0104-40362011000500011>
- ESPÍRITO SANTO, E.; TRAVASSOS, X. L.; CARIBÉ, S. O. Análise do nível de implantação do processo de autoavaliação nas faculdades privadas de Salvador, Bahia. **Avaliação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 153-172, 2016. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1414-40772016000100008>.
- GOULART, J. C. **Avaliação Institucional Interna da Universidade Estadual de Goiás**: um estudo meta-avaliativo. 2018. 174f. Tese (Doutorado em Gestão Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.
- GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. The distinction between merit and worth in evaluation. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, Washington, v. 2, n. 4, p. 61-71, 1980. DOI: <http://doi.org/10.3102/01623737002004061>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Análise dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2011. (Sinaes, 3).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Superior 2022**: Notas estatísticas. Brasília: INEP, 2022.
- JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION – JCSEE. **The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users: a guide for evaluators and evaluation users**. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage, 2011.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARIANO, N. L. S. Q. **Uma proposta de meta-avaliação para a autoavaliação institucional da UFGD**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal da Grande, Dourados, 2022.
- MOSER, G.; FRANCISCO, T. H. A.; GUERRA, J. B. S. O. A. Meta-avaliação no ensino superior brasileiro: desafios e oportunidades para transformação e a sustentabilidade institucional. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano 5, v. 15, n. 45, p. 243-250, 2023.

OLIVEIRA, I. S. **Panorama da autoavaliação institucional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: uma meta-avaliação de perspectiva emancipatória. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

OLIVEIRA, I. S.; ROTHEN, J. C. Vinte anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior–SINAES no Brasil: trajetória, princípios, dilemas e tendências. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 29, p. e024013, 2024. DOI: <http://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id27836013>.

OLIVEIRA, M. R. **Meta-Avaliação da AEPG – Avaliação da Execução de Programas de Governo**: estudo de caso da estratégia saúde da família. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SCRIVEN, M. Evaluation thesaurus. 4th ed. Newbury Park: Sage, 1991.

SOUZA, F. S.; CÔRTES, L. M. S.; ELLIOT, L. G. Relatório Final de Avaliação do Programa Professores para o Futuro (Finlândia): um estudo meta-avaliativo. **Meta**: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 10, p. 99-128, 2018.

SOUZA, F. et al. Avaliação da Educação Superior no Brasil - do Provão ao ENADE: um estudo meta-avaliativo. **Meta**: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 2, p. 22-42, 2018. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1956/pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

STUFFLEBEAM, D. L. The metaevaluation imperative. **The American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 2, p. 183-209, 2001. DOI: <http://doi.org/10.1177/109821400102200204>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821400102200204>. Acesso em: 02 nov. 2021.

ZAINKO, M. A. S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 13, n. 3, p. 827-831, 2008. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300012>.

Contribuições dos autores

FSM : Escrita, análise e revisão, LVSG: Escrita e revisão, MCR: Escrita e revisão.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editora Executiva: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara